

Entre a utopia da tarifa zero e a realidade dos ônibus lotados



» MIGUEL ÂNGELO PRICINOTE
Mestre em Transporte (UnB),
coordenador do Mova-se Fórum
de Mobilidade, subsecretário
de Políticas para Cidades e
Transportes na Secretaria Geral
de Governo do Estado de Goiás

O transporte coletivo no Entorno do Distrito Federal é um daqueles problemas que todos conhecem, muitos sofrem e poucos parecem dispostos a resolver. Milhares de trabalhadores que vivem em cidades como Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas acordam de madrugada, enfrentam longas filas, ônibus superlotados, veículos sem ar-condicionado e tarifas cada vez mais altas para conseguir chegar ao trabalho em Brasília. É um roteiro previsível e repetido diariamente, quase como se a precariedade fosse parte do serviço. A responsabilidade legal por esse sistema não é um mistério: está nas mãos do governo federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a quem cabe regular o transporte semiurbano interestadual. É, portanto, a União — e não estados ou municípios — quem tem a caneta e a obrigação de transformar essa realidade. Curiosamente, no entanto, ela parece preferir usá-la para assinar discursos do que para firmar compromissos concretos. Um exemplo eloquente dessa escolha é a decisão do Governo Federal de não integrar o Consórcio Interfederativo proposto pelos governos de Goiás e do Distrito Federal. A iniciativa buscava justamente compartilhar a gestão do sistema,

viabilizar subsídios e impedir novos aumentos tarifários. O objetivo era claro: corrigir distorções históricas e criar as bases de um modelo mais justo e eficiente. Mas a resposta de Brasília foi um sonoro “não”. Ou melhor, um silêncio prolongado seguido de uma negativa burocrática, disfarçada de tecnicismo. A União preferiu não participar do consórcio — talvez por receio de assumir responsabilidades concretas ou, quem sabe, por não querer abrir precedentes de subsídio federal. Afinal, intervir de forma prática custa caro e envolve escolhas difíceis. Muito mais fácil é manter tudo como está e deixar a conta no bolso de quem precisa pagar dois ônibus por dia para trabalhar. Ao mesmo tempo, e aqui o roteiro beira a comédia política, o mesmo Governo Federal passou a defender com entusiasmo a criação de uma Tarifa Zero nacional. A proposta, anunciada com pompa e projeções otimistas — algumas sugerindo até um ganho anual de mais de R\$ 2 mil por trabalhador —, promete revolucionar a mobilidade urbana no Brasil. É uma ideia bonita, quase poética: transporte gratuito, mais renda no bolso e inclusão social. O problema é que, enquanto se fala em gratuidade para todo o país, a União não consegue sequer impedir aumentos tarifários no único sistema que está diretamente sob sua responsabilidade. Entre 2023 e 2025, a ANTT autorizou reajustes de 12%, 15% e, mais recentemente, 2,9%, sem oferecer qualquer contrapartida de subsídio ou melhoria estrutural. A conta, mais uma vez, recaiu sobre o trabalhador — justamente aquele que, nos discursos, seria o principal beneficiário da política de tarifa zero.

Essa contradição não é apenas retórica. Ela expõe uma incoerência profunda entre o que o Governo Federal diz e o que efetivamente faz. De um lado, recusa-se a participar de uma solução concreta e imediata para um problema real e urgente. De outro, vende um projeto grandioso e abstrato que, sem resolver o que está diante dos olhos, corre o risco de não sair do papel. É como propor um programa espacial enquanto não há sequer ônibus funcionando direito para levar as pessoas ao trabalho. Se o objetivo for provar que a Tarifa Zero é viável, coerente e socialmente transformadora, o caminho mais lógico — e honesto — seria começar por onde a responsabilidade da União é direta e incontestável: o transporte semiurbano do Entorno do Distrito Federal. Ali estão reunidos todos os desafios que a política pretende enfrentar: baixa renda, dependência do transporte coletivo, alta demanda e falta crônica de subsídio. Transformar o Entorno no projeto-piloto da tarifa zero nacional não seria apenas um gesto simbólico de coerência política, seria uma demonstração concreta de que o discurso pode virar prática. Mais do que isso, seria um sinal de que o Governo Federal está disposto a enfrentar a complexidade da mobilidade urbana brasileira não com slogans e promessas, mas com ação real e responsabilidade institucional. Afinal, se a União realmente acredita que o transporte gratuito é o futuro do país, não há lugar melhor para começar do que no presente caótico do Entorno do DF. É ali, no calor dos ônibus lotados e no peso da passagem no bolso do trabalhador, que a política pública deixa de ser teoria — e se torna transformação.



Caio Gomez / CB/D.A Press

Entre a coragem e a conveniência



» SERGIO BALABAN
Administrador de empresas e
assessor parlamentar no
Senado Federal

A escolha de María Corina Machado para o Nobel da Paz causa desconforto e revela as ambiguidades do nosso tempo. De um lado, o reconhecimento de uma mulher que enfrenta um regime autoritário e denuncia a destruição das instituições venezuelanas. De outro, a sensação de que o comitê cedeu à política travestida de moral, premiando não a coragem em si, mas o cálculo diplomático. É justo reconhecer o mérito de quem se opõe a uma ditadura. Nesse sentido, a decisão do comitê acerta ao cobrar, ainda que de forma indireta, o restabelecimento da democracia na Venezuela. Um dos erros da esquerda latino-americana tem sido a ambiguidade diante do autoritarismo de Nicolás Maduro. A defesa da democracia não pode ser seletiva. Não é coerente condenar o

autoritarismo da direita e silenciar diante das violações de um regime dito “progressista”. A liberdade, como a paz, não tem lado. Mas coragem não é um salvo-conduto moral. O que causa incômodo é o tipo de alianças que Corina tem cultivado, esse flerte perigoso com a extrema-direita internacional, numa lógica conhecida do “inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Esse tipo de pragmatismo destrói qualquer causa legítima, porque substitui princípios por conveniências. O comitê do Nobel, ao que tudo indica, fez uma escolha política disfarçada de neutralidade. Donald Trump passou meses tentando se vender como candidato ao prêmio — o mesmo homem que armou o governo israelense que hoje promove massacres em Gaza e depois quis posar de artífice da paz. Diante desse absurdo, o comitê não teve coragem de enfrentá-lo. Não quis premiar o facinora — mas também não quis irritá-lo. Eis então a solução de compromisso: premiar Corina, uma aliada ideológica de conveniência, com trânsito entre a direita americana e setores que orbitam o trumpismo. Um jeito de dar o prêmio contra Trump sem parecer contra ele. Uma fuga política — covarde, mas calculada. Talvez o gesto mais emblemático do que se tornou o nosso

tempo: a tentativa de conciliar o inconciliável, de agradar a todos, mesmo às custas da verdade. Se o comitê quisesse ser realmente corajoso, teria dado o Nobel ao Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, que vem denunciando com firmeza as violações em Gaza e pedindo investigações independentes sobre os ataques a civis. Essa seria uma escolha incontestável, humanitária de verdade — o reconhecimento de quem enfrenta o horror de frente, sem calcular o custo político. O que se vê hoje é uma tragédia moral. A extrema-direita israelense faz com os palestinos o que os nazistas fizeram com o povo judeu: nega-lhes a humanidade. Trata-se de uma inversão dolorosa, que fere a memória histórica de um povo que conheceu a perseguição e a intolerância. Dizer isso não é negar a história, é honrar sua memória. A dor não nos autoriza a reproduzir a violência. O comitê preferiu o caminho mais confortável — uma escolha lateral, simbólica, quase protocolar. Um gesto covarde travestido de diplomacia. Quando o tempo pede coragem, o Nobel escolheu a fuga. E, ao fazê-lo, deixou escapar a chance de reafirmar que a paz exige, antes de tudo, lucidez moral — a mesma que o mundo parece ter perdido.

Visto, lido e
ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br



Polarização faz mal para a saúde

Não é de agora que a esquerda, no Brasil, tem recorrido costumeiramente à retórica da luta de classes, colocando pobres contra ricos e efetivando, na prática, o “nós contra eles”. Essa estratégia, vista historicamente, é uma forma de desunião da população, favorecendo quem detém o poder para manter o controle, mas, atualmente, também para denunciar desigualdades econômicas e sociais profundas, ainda que provoque polarização. Notícias indicam que essa incitação pode levar o país a um caminho difícil, como o da Venezuela, marcada pela crise econômica e social severa. A retórica da luta de classes e a polarização no Brasil podem ser também um mito providencial. A imprensa mostra que a polarização política atual é uma expressão direta da luta de classes, em que existe um antagonismo explícito entre interesses das classes trabalhadoras e das elites econômicas.

Ocorre que, nos discursos das autoridades, as palavras parecem ser levadas pelo vento, desprovidas de compromisso com a realidade que pretendem transformar. O que se observa, de fato, é que, embora cultivem o discurso da luta entre ricos e pobres, tais autoridades acabam por estimular a população a voltar-se contra elas próprias, pois são justamente essas figuras públicas que se apresentam como símbolo maior da desigualdade que dizem combater. Desfilam em trajes de alto custo, exibem relógios inacessíveis à imensa maioria dos cidadãos, hospedam-se em hotéis de luxo e promovem viagens dispendiosas, muitas vezes, destinadas a companheiros de conveniência, e não a técnicos ou especialistas. Essa ostentação reiterada consolida, no imaginário coletivo, a percepção de que os verdadeiros detentores da riqueza no país são os próprios políticos — indivíduos que, em sua maioria, atuam movidos por interesses particulares ou partidários, relegando aos contribuintes o papel de sustentar, com seus impostos, o peso de uma máquina pública inchada e entregue aos excessos da própria ganstância.

Obviamente, existe consequência dessa retórica para a paz social. Fatos como estes levam necessariamente a comparações com a vizinha Venezuela. O caso daquele país irmão serve como laboratório para esse tipo de experimentação, trazendo também um sério alerta para nosso futuro. Lá, a luta extrema entre classes e o enfrentamento ideológico resultaram em uma crise econômica e social gravíssima, com hiperinflação, escassez de alimentos, desemprego e um estado de colapso social.

Há dados concretos que mostram o impacto da polarização política na violência e nos conflitos sociais no Brasil. Segundo estudo do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), entre janeiro de 2019 e maio de 2024, ocorreram 133 casos de violência política envolvendo parlamentares federais, incluindo agressões físicas e ameaças, revelando o aumento da disputa política acirrada em contexto de polarização. A pesquisa da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizada em 2022, mostrou que 3,2% dos entrevistados, cerca de 5,3 milhões de brasileiros, relataram ter sofrido ameaças por suas posições políticas. Além disso, 67,5% disseram ter medo de agressões físicas por conta de suas escolhas políticas, o que reflete o clima de intolerância e medo causado pela polarização. Uma reportagem do *Terra* destaca que, só em 2024, foram registrados mais de 450 casos de violência política, incluindo 94 casos de violência física e 15 mortes relacionadas a conflitos políticos.

Maria De'Carli, especialista, destaca que a radicalização e a polarização aumentam a intolerância e a agressividade entre eleitores, especialmente com o fortalecimento do chamado “eleitor digital” nas redes sociais. Dados da Edelman Trust Barometer apontam que 78% dos brasileiros percebem um aumento da divisão ideológica, e 80% notam um crescimento da falta de respeito mútuo. O mesmo levantamento revela que apenas 29% estariam dispostos a ajudar alguém com opiniões políticas diferentes, indicando um tecido social fragilizado pelo clima de polarização. Esses dados apontam que a polarização política no Brasil tem um impacto direto no aumento da violência política, ameaças, agressões físicas, clima de medo e intolerância social, refletindo uma sociedade cada vez mais dividida e conflituosa.

A frase que foi pronunciada:

“Em política, meu caro, sabe tão bem quanto eu, não existem homens, mas ideias; não existem sentimentos, mas interesses; em política, ninguém mata um homem: suprime-se um obstáculo. Ponto final.”

O Conde de Monte Cristo

História de Brasília

Na Quadra 7, do SCR, as calçadas não estão completas. Onde há casa comercial, a calçada é feita. Onde há passagem para a W-2, é todo esburacado o piso. (Publicada em 10/5/1962)